

UFPBNDIHR

TEXTOS

UFPBNDIHR

TEXTOS

UFPBNDIHR

TEXTOS

UF

HR

A URBANIZAÇÃO DESLOCA O CENTRO DO PODER
POLÍTICO (Interpretação Sócio-Econômica
das eleições de 1982, em Sapê).

PLAUTO MESQUITA DE ANDRADE

TEXTO/UFPB/NDIHR - Nº 16 - SETEMBRO/87

UFPBNDIHR

A URBANIZAÇÃO DESLOCA O CENTRO DO PODER POLÍTICO

SU M A R I O

Introdução.....	1
Base Histórica.....	2
Terra, fator, condicionante.....	3
O contexto sócio-econômico.....	10
O quadro político.....	17
O pleito de 1978.....	24
Resultado das eleições de 15 de novembro de 1978.....	30
Interpretação dos dados.....	31
Discurso e Perspectivas.....	33
Notas.....	34

A evolução político-eleitoral de Sapé constitui caso de inequívoco interesse para as Ciências Sociais, dadas certas peculiaridades comportamentais apresentadas pelo seu contexto sócio-econômico. Esta peculiar singularidade se prende ao fato de haver se desenvolvido, ali, no período 1958-1964, significativo movimento de trabalhadores rurais, as Ligas Camponesas, que vocalizaram não apenas protestos contra as condições existentes nas zonas rurais mas também, arregimentadas, exteriorizaram pretensões revolucionárias como a de dividir as grandes propriedades, consumando uma reforma agrária, da qual, tudo indica, não tinham uma ideia precisa. (1)

Esse impactante movimento eclodiria ameaçando uma antiquíssima estrutura rural, onde uma usina, a Santa Helena, representando a maior concentração de terras da micro-região agro-pastoril, indiferente aos limites municipais, sintetiza um poder econômico, que vem, desde os recuados tempos do Império e da República Velha, indicando a segmentos importantes do eleitorado, mormente na Zona rural, que candidatos a prefeito, vereador, deputado, senador e governador deverão ser maciçamente votados. Contudo, os fatos demonstram que esta influência vem declinando, à medida que a população de Sapé se urbaniza e as lideranças que integram a oposição, particularmente o PMDB e o próprio partido do governo, o PDS, através de elas dissidentes, procuram se afirmar.

São, pois, dois fenômenos interligados: o surgimento de um movimento camponês na zona rural sapeense entre os anos cinquenta e sessenta e o da formidável participação política de um poder econômico, cujo peso decisório nos pleitos municipais ainda é ponderável mas que revela exaustão unificadora. Nada acrescentaremos ao sublinhar que aquele movimento cresceu enfrentando o referido poder e que este, afinal, mobilizaria uma repressão que esmagaria as Ligas. E é natural que, como resultado desse confronto,

tenha o poder econômico, embora vitorioso, desenvolvido novas estratégias de dominação e, até certo ponto, redefinido o seu papel de manter o "statu quo" num ambiente em transformação. Como consequência, houve o reconhecimento de alguns núcleos decisórios autônomos, desconsiderados, contudo, pelo centro hegemônico, na eleição de 1982, numa demonstração de que as concessões descentralizantes não são válidas para todos os instantes conjunturais assim como sua maior inclinação por uma política assistencialista não significa renúncia ao seu veto sobre reformas de estrutura mas a obtenção de melhor imagem social e um meio mais inteligente de angariar apoio eleitoral e político.

O ponto de vista do autor é o de que, ainda que o poder econômico no campo continue centralizando as decisões políticas, em favor do "statu quo" e assegurando considerável base eleitoral à ala mais conservadora do PDS, o fenômeno da urbanização, gerado pelas próprias contradições do sistema em que se insere o referido poder, que o exacerba e o intensifica, vem, progressivamente, deslocando o centro do poder político do campo para a cidade, de núcleos conservadores para núcleos mais liberais, coesos, não mais pela pressão econômica mas pela conscientização política e social. Em correlação com esse desenvolvimento político, entende que, no fundo, a rivalidade partidária sapeense, a partir do campo, reflete um confronto entre a grande propriedade empresarial e a propriedade média, confronto que se traduz em divergências políticas de superfície. Como há acordo quanto à conservação do perfil agrário, mantem-se, por isso mesmo, a possibilidade de que o médio proprietário se transforme, eventualmente, em grande proprietário. (2)

Qual o impacto desse condicionamento estrutural sobre o resultado das eleições de 1982 em Sapé? Eis aí uma indagação que nos colocamos ao realizar este trabalho, dentro do tempo exiguo que dispunhamos, em pleno vigor do somatório. E não seria, certamente, a única. Outras se seguiram, como a de verificar, até que ponto, a urbanização teria afetado a tendência eleitoral da população, qual o sentido da dissidência no seio do PDS sapeense, co

mo essa ruptura interna partidária teria influenciado aquelas mesmas eleições em comparação com pleitos anteriores e bem como avaliar a importância atribuída pelas lideranças políticas atuantes aos problemas da terra. É verdade que não puderam ser examinadas, exaustivamente, mas por serem subjacentes ao processo de transformação política, considerar essas questões nos ajudou a interpretar os resultados eleitorais do pleito de 1982, sobretudo em relação ao pleito anterior. Como, sóciologicamente, não existem fatores isolados, a não ser por abstração, procuramos situar os fatos considerados, no presente trabalho, ao longo de um trajeto histórico, que só deixou de ser intrínseco para as atuais mudanças políticas, há pouco mais de um quarto de século, com os prenúncios de uma alteração na correlação de forças, em Sapé, evidenciada pelo crescente prestígio eleitoral da oposição, que, depois de êxitos ocasionais na votação para postos eletivos estaduais e federais, inclusive para governador, conseguiu, em 1982, eleger, pela segunda vez, em oito anos, o prefeito do município.

BASE HISTÓRICA

A ocupação da área situada dentro dos limites do município remonta aos dias do primeiro e segundo séculos da colonização brasileira. E, já no início do século XVII, surgiriam, ali, os primeiros engenhos, destacando-se o Engenho de Lagoa Cercada e o do Buraco. (atual Conceição). As proximidades de Sapé do litoral, com distância inferior a cinquenta quilômetros e a inexistência de qualquer obstáculo natural, além da mata exuberante mas se estendendo em uma planície, explica a ocupação rápida do ponto de vista da estrutura física.

Outra explicação, esta de ordem econômica, reside na adaptação do solo ao "plantation" e à grande cultura de exportação.

tação da época, a cana de açúcar. Deste modo, o município seria facilmente incorporado à prosperidade açucareira do Nordeste. Como o tipo agrário, para essa cultura, e a grande propriedade, esta acaprou as melhores terras.

A urbanização propriamente dita, porém, data do século passado, com a inauguração de uma estação da Estrada de Ferro Great Western. Logo a este empreendimento, em 1882, surgiram outras construções, resultando, na formação de um povoado.

"Os primeiros habitantes procediam as localidades vizinhas de Petropolis e de Fogo. Guarabira, Mamanguaro e Pilar. Um dos fundadores da localidade foi o português, Manuel Antonio Fernandes, que exerceu, durante varios anos, os cargos de Delegado de Policia e Juiz de Paz. São também figuras de destaque na colonização Urbano Guedes Galvão e Simplicio Coelho, este último construtor da primeira capela." (3)

Historicamente, Sape já pertenceu ao município do Espírito Santo obtendo sua autonomia em 1925, em virtude da Lei estadual nº 27 de 12 de dezembro. Em 1958 e 1961 emanciparam-se respectivamente os distritos de Mari (antigo Ança) e Sobrado, restando apenas o distrito da sede com área de 441 Km².

Mas o que importa, do ponto de vista do desenvolvimento deste trabalho, e, principalmente, o exame da formação e um poder econômico, os engenhos, em torno dos quais iria girar, desde aquela época, a política do município até que a tendência crescente à concentração econômica referisse a um deles, a incorporação de vários outros por processos que não nos cumpre examinar aqui, mas levando, como consequência, à dominação e ao ranhonismo, as questões locais, dentro de uma sequência de exercício do poder, que se acentuaria com o surgimento da usina, última etapa da economia de escala açucareira.

A PRODUÇÃO COMO FATOR CONDICIONANTE

A economia agrícola sapeense se baseia principalmente na cana de açúcar e no abacaxi e, em muito menor grau no fumo, cuja produção decresceu, sensivelmente, nestes últimos anos, bem como em uma atividades criatórias que pode ser considerada, no máximo razoável, no quadro da estatística estadual. Essa catecterização produtiva, envolvendo bens agrícolas de exportação, certamente contribuiu para explicar melhor, não apenas porque puderam se desenvolver no município as Ligas Camponesas, no período 1964-1968, como também porque a oposição local, primeiro do antigo PSD e, mais recentemente, do MDB e PMDB conseguiu enfrentar a ex-UDN, ex-ARENA e atual PDS no próprio campo, antes que pudesse, com a crescente urbanização, empolgar o eleitorado da cidade em município de raízes nitidamente conservadoras e, praticamente, sem mão-de-obra operária. (5)

Embora as duas principais culturas sobre que repousam a vida econômica do município estejam voltadas para o mercado externo, em alguns casos, como na indústria do álcool, o estímulo à expansão das plantações para atender a demanda se faz, frequentemente, à custa da pequena lavoura, a que se dedicam minifundiários para comercializar pequenos excedentes e camponeses para assegurar o autoconsumo. Significativamente, contudo, a própria economia criatória, suporte mais lucrativo da economia de subsistência, com resultados cada vez menos acessíveis à bolsa popular, eleva a sua produção, sob o incentivo dos preços liberados, transformando pequenas áreas de cultivo campones e de sitiantes em pastos para o gado bovino, intensificando, assim, de novo, o problema da concentração fundiária.

Dentro dessa perspectiva, poder-se-á distinguir duas zonas diferenciais: a Zona Rural Leste, onde a grande propriedade usineira domina e poderá engolfar, a qualquer momento, em que a conjuntura internacional favorecer a exportação dos seus produtos, as estruturas menores ainda, existentes até se deter ante propriedades,

médias que emprestam relativo equilíbrio a essa assimétrica base fundiária, ao se constituírem em novos centros de poder de organização mais flexível; a zona rural oeste, de solo pouco fértil, em que predomina o minifúndio e culturas típicas da economia de subsistência.

Há, hoje, nitidamente, em Sapé, uma redução, não do número mas da área das pequenas propriedades. É de se ressaltar que, acompanhando a redução da área do minifúndio, também se verifica uma queda na produção de milho, feijão e batata doce, culturas que já chegaram a se destacar na economia agrícola do município e que são típicas da pequena propriedade. (6)

O CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO

A compreensão do contexto sócio-econômico do campo se apresenta fundamental para se entender porque a força eleitoral do PDS é predominantemente rural, por qual motivo a característica de "município fechado" perdurou por tanto tempo mas, igualmente, porque a oposição terminaria se impondo aos seus adversários. E isso será de extrema importância, porque, nesse contexto nasceram as condições responsáveis pela urbanização intensa que iria alterar o centro de gravidade da política municipal. Ora, os fatos indicam que essa urbanização se acelerou porque a pressão populacional sobre a terra se defrontou com uma estrutura agrária rígida, da qual faz parte uma grande propriedade agro-industrial, os seus fornecedores de matéria prima da média propriedade e os minifundiários que giram totalmente em sua órbita; do outro lado, proprietários médios independentes que podem inovar os métodos de administrar mas que não poderiam, sem se autodestruírem, revolucionar o sistema de apropriação da terra. Estes contam, por sua vez, com o apoio de minifundiários que talvez pela proximidade, vivem uma relação de relativa dependência estrutural, que podem se opor politicamente à dominação da grande propriedade mas que não gostariam, a despeito disso, que fossem introduzidas modificações no "statu quo".

Por outro lado, os fatos tem demonstrado que, mesmo em contexto econômico com essas características, não se desenvolvem, necessariamente, apesar das contradições inerentes ao sistema produtivo, um conflito social marcante e radical campones-proprietário. Com a mais considerável concentração agrária poderá conviver, por vezes, um trabalhador rural pouco produtivo, espoliado mas fiel ao sistema, entre outras cousas, dado o relativo equilíbrio populacional tornado possível pela migração rural e a passividade camponesa decorrente de condições de saúde e nutrição.

De fato, se é no campo que se concentra, na perspectiva da tradicional economia açucareira, a formidável base política conservadora do município, seria igualmente, na zona rural, onde iria se constituir também o poder ^{de} irradiação do partido oposicionista, que teve em proprietários médios dos quadros do antigo PSD até no atual PMDB, liderança que garante o revesamento do poder, entre os dois partidos dominantes, em diferentes pleitos, por vitórias cujas diferenças não chegam a ser quantitativamente expressivas mas socialmente significativas, sobretudo ~~que~~ favorecem a oposição quando se considera a composição das forças em conflito.

Realmente, a liderança dos médios proprietários, tanto a do ex-deputado Ramiro Fernandes do ex-PSD, como a de José Feliciano do PMDB, conseguiu mobilizar importantes segmentos dos pequenos proprietários, do campesinato e da pequena buguersia urbana, que buscam na reação ao gigantismo fundiário, embora sem o objetivo de uma reestruturação agrária, como as Ligas Camponesas, uma tentativa de renovação nos métodos de administrar a mão-de-obra e o abrandamento da convivência no campo.

É contra esse "backgroud" que temos de compreender o quadro eleitoral, naquele município. Considerada, em termos reais já vimos que qualquer eleição capeense surge como um confronto político entre grande e médios proprietários que mobilizam o apoio de rendeiros, posseiros, minifundiários e camponeses que exercem atividades em sua área de influência. Assim, os Ribeiros Coutinho se viram, inicialmente enfrentados pelo Sr. Ramiro Fernandes, médio proprietário e, posteriormente, pelo Sr. José Feliciano Filho, descendente de mé-

7
dio proprietário, ainda que tanto o Sr. Abel Cunha como o Sr. João Alves, também médios proprietários, viessem apoiando os candidatos da Usina Santa Helena.

O fato é que, representando a maior concentração de terra da região, a Santa Helena se tornaria o centro irradiador tanto do poder político - votação expressiva na representação estadual e federal como o simbolo de que se valeria a oposição para fustigar esse mesmo poder. Seria ilusório, de resto, minimizar a importância para o exercício dessa dominação da simplicidade de comportamento das lideranças dominantes, que conseguiram associar ao caráter autoritário do poder desfrutado a uma certa lhanza no trato pessoal a que muitos atribuem parte do êxito político do ex-deputado Luiz Ribeiro Coutinho. O que só confirma o traço ^{personalista} ~~personista~~ de que está impregnado o nosso problema político, em que são esquecidas as implicações objetivas dos diversos segmentos da sociedade, unicamente porque as pessoas se revelam simpáticas. (7)

Por outro lado, poder-se-ia perguntar por qual motivo a oposição do minifundiário ao grande proprietário em Sapé se, por vezes, se verifica um incremento e não decréscimo no parcelamento excessivo da terra. É preciso entender, no entanto, que tanto o minifundio como a expansão do latifundio são no Nordeste, com frequência, uma função da pauta exportadora brasileira. Assim, quando produtos como o açúcar e o abacaxi figuram, nessa pauta exportadora, de modo mais expressivo, o seu poder econômico e político é reforçado e o "plantation" termina se expandindo à custa do pequeno produtor. Quando ao contrário, aquela pauta desfavorece aqueles produtos, como ocorre, atualmente, com o abacaxi, como as alternativas são economicamente inferiores, poderá haver uma redução daquele poder e o número de minifundios poderá aumentar. No fundo, a rigidez estrutural se mantém, não conseguindo esse fluxo e refluxo fundiário senão caracterizar melhor a dependência externa e o comportamento oscilatório de um fenômeno, que não se altera, a não ser em termos meramente quantitativos. Em outras palavras, o que poderia parecer fluidez e autotransformação estrutural não passa de uma funcionalidade do próprio sistema. De resto, será necessário ter em mente que se os minifundios podem se mul-

tiplicar não significa isso que, somados, sua área total assumia expressão no cômputo global da apropriação da terra. (8)

As condições estruturais reinantes levam os habitantes mais destituídos deste universo, mesmo descontentes, a se comportar, com frequência, obedientes aos caprichos do presente perfil fundiário. Em contacto com lideranças mais agressivas, contudo, as contradições, que permeiam o sistema produtivo, poderão explodir em revolta intensa, com injustiças seculares se exteriorizando em comportamentos radicais tumultuados. E poderá surgir, em lugar de um aparato organizacional que salvaguarda direitos desrespeitados e absorva protestos, o vanguardismo flamejante e aventureiro de apelo à luta armada. Esta última opção seria a de um dos grupos de esquerda que pretendia orientar as Ligas Camponesas em Sapé, no período 1958-1964, comprometendo o trabalho de outra corrente, que preconizava uma aglutinação mais lenta mas mais consciente e voltada para a legislação trabalhista e nem por isso menos hostilizada pela ordem estabelecida. Surpreendentemente, o Partido Comunista encarnava, então, o posicionamento mais moderado; mais refletido seria também, a ação desenvolvida pelo deputado estadual Assis Lemos, sempre em sintonia com o governo-Goulart, enquanto o sr. Francisco Julião passava por representar a ala mais radical. (9)

Agora, por qual motivo Sapé propiciaria o clima para as Ligas? Há vários fatores. Eis o principal. Ocorre que a agro-indústria açucareira, a mais antiga e tradicional do Estado, da região e do próprio país como um todo, sempre se caracterizou por secular ranço escravocrata, por ser também a menos permeável às mudanças sociais e a de condições mais cruéis de exploração. As medidas punitivas contra os camponeses, entre as quais torturas, castigos corporais, perda dos haveres, quando não dá própria vida, eram comuns. Na Varzea da Paraíba vigorou, durante muito tempo, uma forma particular de suplício, denominado de "cabocó". É verdade que essa indústria derivou aqui e ali, para o assistencialismo partenalista e já existe uma versão socialmente mais moderna da usina. Mas essa aparente transformação em nada alterou, de modo mais profundo, o seu caráter; houve apenas, adaptação a novas condições produtivas. Note-se que em

Sapé, essa indústria passou a conviver com a cultura de abacaxi, muito mais recente, mas igualmente vinculada à exportação e que utilizava, em larga escala, em trabalhos periódicos, trabalhadores procedentes de Pernambuco, onde já existia importante movimento de trabalhadores rurais, tendo como epicentro o engenho Galileia-11.

Era um fato novo que exigia uma transformação muito mais ampla no campo do que aquela indústria estava disposta a realizar, sem renunciar, é claro, à centralização das decisões políticas locais. Desse modo, o ressentimento provocado, mormente na zona urbana, pela posição dominante da usina Santa Helena, de longe a maior concentração fundiária do município seria, de início, habilmente capitalizado por uma oposição obstinada, mas sem intenções revolucionárias do então PSD. Posteriormente, seria violentamente explorado, nas ligas Camponesas, por lideranças afoitas e ideologicamente orientadas, que terminariam por desencadear reações de extrema brutalidade, criando um clima conturbado na Zona rural. As referidas lideranças, se despertaram o campesinato, ainda em grande parte, passivo e em estado de letargia, para sucessivas demonstrações de força e até provocações inúteis e excessos, não foram menos eficientes em acicatar o instinto de sobrevivência dos grupos economicamente dominantes e até da pequena burguesia, que pressentindo a ameaça de uma distribuição compulsória de terras, "na lei ou na marra", buscaram, com o advento da mudança de governo de 1964, no país, valer-se da violência do Estado policial.

Outro modo de reagir às condições prevaletentes no campo foi a migração rural. É compreensível que, com esse fenômeno, de que participam descontentes com os seus níveis de vida e as perspectivas locais, quando o migrante busca outros pontos do Estado e do país, perca mais o PMDB sapaense, rebelde, do que o PDS, mais conservador e conformista. Já a incorporação de novos contingentes rurais à população da cidade de Sapé acrescenta votos ao PMDB porque a urbanização termina por desfazer os antigos vínculos e interesses fundiários e os migrantes, principalmente seus descendentes, começam a assimilar a resistência urbana à intromissão de um poder externo que pretenda exercer forte controle sobre opções e preferências que se individualizam.

É que

existe na cidade, com muito mais evidência, uma individualização decisória, que torna a urbs importante para as oposições, ainda que por isso mesmo, nem sempre bem sucedida contra o rolo compressor do campo. Em Sapé, em 1976, a preferência urbana concedeu vitória a candidato a prefeito do PMDB, o professor Manuel Amaro, que juntamente com srs. Ivan Figueiredo e José Pessoa, disputaram contra os srs. Abel Cunha e Arlindo Cabral do PSD, mas essa preferência terminaria lograda pela soma dos redutos rurais que inclinaria os resultados em favor do sr. Abel Cunha.

Atualmente, em Sapé, o descontentamento no campo se exprime, mais das vezes, pela migração, já que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais só pode desempenhar, penosamente, o papel de fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista. Por outro lado, se esse descontentamento viesse a se exteriorizar por alguma forma de luta, admitese naquela cidade que reacendesse a antiga chama revolucionária, pondo em cheque o processo pacífico de viabilização institucional e que os participantes, se não aquiescessem com ^{os} mecanismos existentes de acomodação, seriam esmagados. E existem evidências cada vez maiores de que, após a experiência traumatizante das Ligas, no período 1958-1964 a migração tenha sido a forma preferida de reação dos sem terra às condições prevalecentes. Ou dos que com uma nesga de terra não conseguem resistir à "prósperidade" da grande propriedade e que, uma vez na Cidade, formam o caldo de cultura das oposições. Tais evidências se exprimem no fenômeno da urbanização sempre crescente em cidade de quase nenhum desenvolvimento industrial e que passa a ser recipiendária de uma mão-de-obra que faz escala para futuras migrações ou que convive com uma subutilização permanente.

Das antigas lideranças das Ligas Camponesas não existem mais representantes com atuação direta e permanente "in loco", pelo menos não realizando o mesmo trabalho de arregimentação pré-1964. Os líderes mais ativos que organizaram os camponeses há dezoito anos atrás simplesmente desapareceram da região, temendo a segurança pessoal, sem falar nos que seriam calados para sempre pela onda repressiva dos idos de 1964, a exemplo de Pedro Teixeira, Pedro Fazendeiro e Nego Fuba, os dois últimos presumivelmente também assassinados como

primeiro mas cujos despojos não foram localizados, até o presente. O trauma vivido, então, pelo campo, inviabiliza um Partido dos Trabalhadores, nos dias atuais, que se apoiasse na massa camponesa. E esta teria de ser a opção, em face da quase inexistência de operariado em Sapé. Aliás, o insucesso do sr. Ivan Figueiredo como candidato a prefeito pelo PT derivou, exatamente, dessa inviabilidade. Fundador, como o deputado estadual Jório Machado, das Ligas Camponesas, ele se constitui num dos raros remanescentes daquele período que escapou, ileso, à repressão. Para isso, teve de viajar até Natal, por dentro do mato, diblando, espetacularmente, os órgãos de segurança e, possivelmente, seus prováveis torturadores. Derrotado, o candidato verbera a corrupção que teria alicia^{dos} seus eleitores e contra cuja prática, naturalmente, a defesa só poderia ser uma organização de base montada, com elevado nível de consciência trabalhista, não sob o comando, porém do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que ele considera vulnerável aos interesses do PDS e do PMDB.

Quanto ao deputado estadual Jório Machado, que se integrou no PMDB, esteve preso em 1964, em Fernando Noronha e teve o apoio para a Assembléia Legislativa do Sr. José Feliciano da Silva, não lhe parecendo viável, no momento, em Sapé, o Partido dos Trabalhadores, que não teria, assim, outro objetivo senão o de dividir a oposição.

O QUADRO POLÍTICO

Em Sapé, estamos perante, o que poderíamos talvez denominar, um bipartidarismo estrutural. Isto é, não decorre a sua existência da norma legal mas das condições sócio-econômicas prevalecentes. Ou se está a favor ou contra a Usina Santa Helena, embora já existia atualmente, dentro dessa polarização, algumas derivações policêntricas mas ainda sem a mesma capacidade de aglutinação do núcleo central são as alas comandadas no PDS local pelos Srs. Arlindo Cabral, Juracy Cunha Marques e Abel Cunha, que, na última eleição, não sufragaram o nome do Sr. Cassiano Ribeiro Filho, candidato do partido.

A caracterização desse tipo de bipartidarismo não exclui essas derivações, embora o fato represente um esvaziamento progressi

vo da coesão monolítica mantida, anteriormente, pela matriz dominante. Esse bipartidarismo significa antes, a inviabilidade em Sapé dos partidos menores, PT, PDT, PTB, que se transformam, assim, em meras reservas para expedientes táticos ou conveniências pessoais, claro que isso tem a ver com a inexistência, alé, de um operariado digno de ser assinalado reduzindo-se a estrutura à representação dual campo - cidade, expremindo o primeiro o interesse de ser mantido o statu quo rural, enquanto a cidade traduz, de alguma forma, as aspirações da pequena burguesia urbana. Torna-se difícil, assim, espaço para um partido de origem operária, mesmo com liderança de classe média e de estilo tradicional populista.

Os partidos do município são, pois, PDS e PMDB como já foram ARENA e MDB ou, mais antigamente, PSD e UDN, ainda que tenham sido utilizadas, na fase da redemocratização, legendas do PSB, do PST, do PSP e do PTB. A ausência de ideologia e a existência de programas apenas formais facilita o trânsito interm diário, mormente quando se verifica entre os dois partidos maiores e os de fraca expressão quantitativa. Assim, candidatos como o sr. Ivan Figueiredo e José Feliciano foram e voltaram das hostes do PSB e do PST para o PSD, assim como o Sr. Ivan Figueiredo do PT para o PMDB e o Sr. Abel Cunha do PP. para o PDS.

Outra conotação facilmente perceptível é a do envolvimento familiar no quadro das disputas partidárias. Os Ribeiro Coutinho se sucederam na política e apeense com a regularidade com que herdaram as terras e tocam os negócios rurais para a frente. Hoje, a mais influente representante política da família no município, D. Yeda Ribeiro Coutinho, constitui um caso isolado de participação feminina na cúpula partidária local, numa demonstração de que a Usina Santa Helena considera imperativo manter-se ativa no comando dos entendimentos que decidem os destinos de Sapé e de que o poder econômico consegue viabilizar a igualdade dos sexos também no campo político, queimando as etapas; isto é, sem que os dirigentes necessitem fazer a sua formação partidária nas bases. De intensa atividade política foram os srs. Luiz Ribeiro Coutinho e, atualmente, também, os srs. Cassiano Ribeiro, Cassiano Ribeiro Filho e Carlos Ribeiro. A família já elegeu deputados

federais os srs. João Ursulo Renato Ribeiro e Flaviano Ribeiro, ao passo que um dos seus membros destacados, o sr. Flávio Ribeiro, já foi governador do Estado. (12)

Do lado do PMDB, a família Feliciano vem eleger, em 1982, o seu segundo prefeito, o sr. José Feliciano da Silva Filho, tendo sido cogitado do mesmo modo o nome do médico João Máximo, irmão do atual mandatário. O dentista Feliciano da Silva Neto, embora não tenha disputado postos eletivos, foi um dos funcionários do partido em Sapé e, durante muito tempo, "éminence grise", nos assuntos partidários. Os Felicianos não pertencem à aristocracia rural como os Ribeiros Coutinho, mas revelaram, de igual modo, comunicabilidade e inegável capacidade para ascender social, política e economicamente e curioso que os dos únicos prefeitos eleitos pela oposição sejam os membros da família. Durante as campanhas, o envolvimento das famílias numerosas representa uma vantagem para os disputantes, uma vez que todos se empenham de corpo e alma e existe a mais estreita confiança entre os participantes. Como a política sapeense gira, não em torno do eleitorado flutuante, mas da política de clientela, o atendimento aos eleitores é realizado, em mais larga escala e de modo mais efetivo, se o interesse familiar está presente do que se a causa apresenta apenas partidária.

Contrariamente ao presente quadro político, os Ribeiros Coutinho já foram oposição em Sapé, ao tempo do enfrentamento PSD -UDN, reeditando, aliás, um posicionamento assumido ao tempo do ex-Presidente João Pessoa e decorrente das raízes perrepistas da família. Como os ex-interventores estaduais se nomeavam em geral, correlegionários de 1930 para exercer o cargo de prefeito, durante a gestão de Ruy Carneiro, proprietários médios como o sr. Oswaldo Pessoa, que seria posteriormente prefeito da própria capital do Estado e Remiro Fernandes, que se tornaria Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, durante a fase da redemocratização do país, seriam nomeados prefeito de Sapé, deixando o sr. Luiz Ribeiro Coutinho, grande proprietário, estranhamente, como oposicionista, no município, que, economicamente, comandava.

Essa dissociação poder econômico-liderança política domi-

nante derivou do realinhamento das diretrizes estaduais pelo ex-interventor Ruy Carneiro com as vigorantes no governo João Pessoa e que haviam sido alteradas na interventoria Argemiro de Figueiredo. Como é notório, na gestão Argemiro de Figueiredo o poder dos coroneis como líderes políticos locais, havia sido restaurado, retrocedendo-se na tentativa de liquidar com uma dominação que tantos prejuízos vinha ocasionando à evolução democrática no Nordeste. Reabilitando a política de João Pessoa, Ruy Carneiro contrariou inúmeros chefes políticos locais, inclusive o Sr. Renato Ribeiro Coutinho considerado, então, um dos mais poderosos coronéis" e nomeou prefeitos, muitas vezes, pessoas hostilizadas pelo poder econômico e de projeção local mas sem o pré-requisito do título de proprietário. Em Sapé porém, já vimos que foram sempre distinguidos médios proprietários, que criaram, assim, inicialmente, sob o bafejo oficial, núcleos de resistência ao coronelismo dominante, que em razão de sua força, pretendia tudo determinar e de todos exigir obediência. A utilização do médio proprietário, quer pelo ex-Presidente João Pessoa, quer pelo interventor Ruy Carneiro, como ponto de apoio, no enfrentamento aos coroneis, naturalmente sobretudo pelo primeiro, pode ser facilmente demonstrada por uma visão retrospectiva de 1930 a estes dias. (13)

O PLEITO DE 1983

O PDS enfrentou as eleições de 1983, em Sapé, desfavorecido com o que poderia ter sido um trunfo: ter a prefeitura, em suas mãos, para lhe emprestar um sentido eleitoral efetivo, como de hábito acontece no Nordeste e no país. Mas a intervenção na prefeitura realizada pelo governo do Estado, com base na rejeição das contas municipais pelo Tribunal de Contas, reduziria a eficácia da política de clientela com supostos atos de regularização administrativa e contábil. É verdade que, mesmo assim, a administração instalada não se

colocou a salvo das denúncias de favorecimento eleitoreiro a determinados candidatos do PDS. Mas, de um ponto de vista mais amplo, o afastamento do prefeito Abel Cunha, além de alienar o apoio político do edil, ecoaria mal em segmentos importantes do partido. De resto, mesmo para os que assimilaram a providência intervencionista, a alegação de corrupção nunca pareceu plausível, prova de que a pretendida moralidade redimida não sensibilizaria ninguém, muito menos a oposição que já ^{havia} distinguido, ^{no episódio} anteriormente, quando do afastamento do ex-prefeito José Feliciano da Silva, sob motivo análogo, um simples capricho no jogo do poder. Assim para o afastamento do prefeito Abel Cunha, propalavam-se nos meios partidários e entre o povo as seguintes motivações: para uns, tudo resultaria de um evidente insucesso organizacional, de que o prefeito afastado nutria pelos serviços contábeis pelo aspecto formal da estrutura administrativa um sensível de sapreço; para outros, teria traduzido uma pressão política de alguns setores do próprio PDS, descontentes com a projeção partidária e o êxito eleitoral do prefeito vitimado pela intervenção.

Qualquer, contudo, que seja a versão real dos fatos, a verdade é que a intervenção da qual o sr. Dioclécio Nunes Moura se tornaria um eficiente executor, sendo ele também um médio proprietário, fracionário do PDS, carreando para o PMDB, sobretudo para o seu candidato a prefeito, Sr. José Feliciano da Silva Filho, os benefícios da perda de unidade do partido situacionista. E se não fora o voto vinculado que aí prejudicaria bastante o PMDB - é possível que outros redutos pedesstativessem aumentado, mais ainda, os sufragios da oposição. Esta, mesmo assim, ainda seria favorecida pelo aparecimento o voto cotia, isto é, a ausência de votação para prefeito atribuída aos correlegionários dos srs. Arlindo Cabral e Jaci Marques, que não demonstravam o menor entusiasmo pela candidatura do sr. Cassiano Ribeiro Filho a prefeito pelo PDS.

Entendem correntes pedesstativas que a candidatura Cassiano Ribeiro Filho a prefeito de Sapé foi articulada por D. Ieda Ribeiro sua genitora, sem consulta às bases partidárias, como vinha sendo praxe na agremiação e com o objetivo apenas de manter um membro da família à frente do governo municipal. Se isso se verificou, é pos

sível que D. Ieda, intuitivamente, pressentisse que a candidatura não reuniria o consenso dos correlegionários, optando pelo fato con-sumado, ou que concluísse que a afronta da intervenção remeteria, inapelevelmente, o sr. Abel Cunha para um posicionamento hostil ao PDS e que, a partir daí, ^{sendo} o peso eleitoral da Usina Santa Helena, isoladamente, maior que os demais não lhe conviria compor acordos para apoiar candidatos de menor expressão política. Assim a candidatura Cassiano Ribeiro Filho, além de nascer sob o pálio aberto do dissenso, teria o seu crédito, apenas, os favores do oficialismo e os esforços da própria Usina e afluentes caudatarios.

Enquanto isso, o PMDB enfrentaria, unido, em torno do sr. José Feliciano, o pleito de 1983 já que a defecção do ex-deputado estadual Inácio Pedrosa, que se transferiu do PMDB para o PDS, se sentindo prejudicado com a incorporação ao seu ex-partido do PP, não se constituiria em uma adesão acompanhada de votos. O próprio sr. Ivan Figueiredo, que poderia haver representado um sério divisionismo eleitoral, ao se transferir do PMDB para o PT, dada a sua antiga convivência com as Ligas Camponesas e com as massas rurais, conseguiria um resultado eleitoral negligenciável no cômputo global e sem qualquer efeito sobre o desfecho final do pleito.

Com os votos contrários do ex-prefeito Abel Cunha ao PDS e a abstenção dos srs. Arlindo Cabral e Joraci Marques para prefeito, representando segmentos eleitorais significativos, a dicotomia cidade colocava-se mais favorável ao PMDB, que iria se beneficiar ainda mais, do fator urbanização, uma vez que os líderes urbanos pedestas passavam a ser inexpressivos, reduzindo o problema, unicamente, ao confronto cidade versus Usina Santa Helena, facilitando a mobilização do ressentimento citadino contra uma tradicional dominação do poder econômico.

Em termos numéricos, o pleito apresentou o seguinte resultado :

RESULTADO DAS ELEIÇÕES DE 15 de NOVEMBRO DE 1973
PARA SENADORES E SUPLENTES

ARENA - IVAN BICHARA SOBREIRA - 3.721 - 32,4%

Suplentes:

- Edísio Souto

- José Palhano Freire

M.D.B. - HUMBERTO COUTINHO DE LUCENA - 5.619 - 48,9%

JOÃO BOSCO BRAGA BARRETO - 261 2,2%

ARY JOSÉ DA SILVA RIBEIRO - 255 2,2%

TOTAL: 9.856

Votos em branco 725 6,3%

Votos nulos 891 7,7%

TOTAL GERAL: 11.472 100,0%

PARA DEPUTADO FEDERAL

ARENA

101 - Wilson Leite Braga	377
102 - Ademar Pereira Vieira	1.273
103 - Francisco Teotônio Neto	45
104 - Raimundo Asfora	05
106 - Francisco de Assis Q.de Medeiros	03
107 - Álvaro Gaudêncio Filho	82
108 - Antonio Marques da Silva Mariz	396
110 - Waldyr Lyra dos Santos Lima	86
111 - Joacil de Brito Pereira	1.550
112 - Antonio da Costa Gomes	17
113 - Ernani Ayres Sátyro e Souza	42
114 - Euclides Rodrigues de Lima	06

* Dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

Para Deputado Federal - ARENA (cont.)

ELEIÇÃO - nov./1978

115 - Manoel Alexandrino Leite	06
118 - Plínio Lemos	<u>50</u>
Votos só para legenda	<u>76</u>
SOMA:	4.014

M.D.B.

201 - Antonio Carneiro Arnaud	470
202 - Marcondes Iran Benevides Gadelha	1.227
204 - Alan Kardéc de Oliveira Franco	32
305 - Arnaldo Bezerra Lafayette	202
206 - José Rafael de Menezes	39
207 - Agassiz de Amorim e Almeida	517
208 - Octacilio Nóbrega de Queiroz	54
209 - Heraldo da Costa Gadelha	1.054
210 - João Fernandes de Lima	344
Votos só para legenda	223
SOMA:	4.262

RESUMO:

LEGENDA DA ARENA	4.014
LEGENDA DO M.D.B.	4.262
SOMA DAS LEGENDAS	8.276
VOTOS EM BRANCO	2.272
TOTAL DE VOTOS VÁLIDOS.....	10.548
VOTOS NULOS.....	<u>924</u>
TOTAL DE VOTANTES.....	11.472

ELEIÇÃO - nov./1978

PARA DEPUTADO ESTADUAL = ARENA

1201 - Edme Tavares de Albuquerque	88
1202 - Nilo Feitosa Mayer Ventura	21
1206 - Aercio Pereira de Lima	14
1207 - Afrânio Ataíde Bezerra Cavalcanti	560
1208 - Ana Lúcia de Almeida R. Coutinho	453
1209 - José Soares Madruga	660
1210 - José Lacerda Neto	031
1211 - Luiz Ferreira Barros	23
1212 - Antonio Quirino de Moura	07
1213 - Egídio Silva Madruga	957
1214 - Tertuliano Nunes de Moraes	01
1215 - Gilberto de Sá Sarmiento	06
1216 - João Juracy Palhano Freire	02
1217 - Américo Sérgio Maia	04
1218 - Inácio Bento de Moraes	04
1220 - Eilzo Nogueira Matos	02
1221 - Everaldo da Costa Agra	-
1222 - Múcio Wanderley Sátyro	09
1223 - Nelson Coelho da Silva	48
1224 - Franklin Pereira da Silva	02
1225 - Magdalena Alves Rodrigues	29
1228 - Antonio Leite Montenegro	04
1230 - Evaldo Gonçalves de Queiroz	10
1231 - Antonio Nominando Diniz Filho	06
1232 - Fernando Paulo Carrilho Milanez	585
1233 - José Antonio Figueiredo	13
1234 - Severino Ramalho Leite	227
1235 - Luiz Martins de Oliveira	06
1236 - João Franco da Costa	07
1237 - José Bonifácio Lima Lobo	22
1239 - Francisco Pereira Vieira	-

1240 - Antonio Lopes da Silva	03
1241 - Francisco de Assis Camelo	22
1242 - Aureliano Olegário da Trindade	01
1243 - José Luiz Júnior	05
1244 - Sócrates Pedro de Melo	41
1245 - Manoel Alceu Gaudêncio	58
1246 - Antonio Nominando Diniz	24
1247 - Tarcisio Telino de Lacerda	61
1248 - Messias Pessoa da Silva	03
1249 - Antônio Fernandes Filho	10
1250 - Evaristo Inocêncio da Silva	11
1226 - Edivaldo Fernandes Motta	11
1252 - Jader Soares Pimentel	16
Votos só de legenda	82
SOMA:	4.128

M. D. B.

1101 - Inácio Pedrosa Sobrinho	1.261
1102 - Adonis de Aquino Salles	41
1103 - Geraldo Vieira da Costa	15
1104 - Atêncio Bezerra Wanderley	25
1105 - Adão Eulâmpio da Silva	01
1106 - Frei. F.Marcelino A.de Medeiros	46
1107 - Laércio Pires de Sousa	08
1108 - José Afonso Gayoso de Sousa	01
1109 - Paulo de Tarso Benevides Gadelha	14
1110 - Constantino Francisco Nogueira	23
1112 - Aércio Flávio Farias de Barros	41
1113 - Ivan Trigueiro de Albuquerque	783
1114 - Antônio Batista Ramos	75
1115 - José Fernandes de Lima	85
1116 - Lourival Caetano A. de Lima	576
1117 - José Alves de Lira	17

Cont. do M.D.B. Deputado Estadual- ELEIÇÃO- nov/1978

1118 - Ademar Teotonio L. Ferreira	02
1120 - Newton Pedrosa	45
1121 - João Fernandes da Silva	02
1123 - Lindaci de Medeiros Nápoles	03
1124 - Orlando Augusto C. de Almeida	09
1125 - Álvaro Andréa Magliano	41
1126 - Ruy de Andrade Gouveia	16
1127 - Padre Levi Rodrigues Oliveira	03
1128 - Arnaldo Bonifácio de Paiva	06
1129 - Sebastião Calixto de Araújo	41
1130 - José Braga Rolim	01
1131 - Oswaldo Venâncio dos Santos	05
1132 - Antonio Pedro dos Santos	01
1133 - Sóter de Farias Carvalho	12
1134 - Antônio Waldir B. Cavalcanti	38
1135 - Antonio Elísio da Rocha	01
1136 - José Hélio de Lucena	04
1137 - José Aldano da Silva	03
1138 - Jorge Rafael de Menezes	03
1139 - Osmidio da Silva Gomes	05
1140 - Derivaldo Domingos de Mendonça	1.243
1141 - Antonio Guedes Alcoforado	-
Votos só de legenda.....	<u>221</u>
SOMA:	4.679
RESUMO:	
LEGENDA DA ARENA.....	4.128
LEGENDA DO M.D.B.	4.679
SOMA DAS LEGENDAS	8.807
VOTOS EM BRANCO	<u>1.781</u>
TOTAL DE VOTOS VÁLIDOS	10.588
VOTOS NULOS	<u>884</u>
TOTAL DE VOTANTES:	11.472

RESULTADO DAS ELEIÇÕES DE 15 DE NOVEMBRO DE 1982

MUNICÍPIO DE SAPÉ
PARA GOVERNADOR E VICE

1 - WILSON LEITE BRAGA			
José Carlos da Silva Junior	6.023	-	43,3%
3 - FRANCISCO DERLY PEREIRA			
José Olimpio de Araújo	47	-	0,3%
5 - ANTONIO MARQUES DA SILVA MARIZ			
Mário Silveira	6.741	-	48,5%
Total.....	12.811	-	
Votos em branco.....	653	-	4,7%
Votos nulos.....	427		3,0%
TOTAL GERAL.....	13.891	-	100,0%

PARA SENADOR E SUPLENTE

10 - MARCONDES IRAN BENEVIDES GADELHA	5.325	-	38,3%
11 - AMIR GAUDÊNCIO DE QUEIROZ	325	-	2,3%
12 - OLAVO NÓBREGA DE SOUZA	141	-	1,0%
30 - IDALMO DA SILVA			
Vanderlei Américo Amado			
Eliza Bezerra Mineiros	42	-	0,3%
50 - PEDRO MORENO GONDIM	4.879	-	35,0%
51 - NEY ROBINSON SUASSUNA	1.226	-	8,0%
52 - DJACIR CAVALCANTI DE ARRUDA	242	-	1,7%
Total.....	12.180		
Votos em branco.....	1.127	-	8,1%
Votos nulos.....	584	-	4,2%
TOTAL GERAL.....	13.891		

SEÇÕES

ELEITORADO

Organizadas: 55 Funcionaram: 55 Apto a Votar: 20. 671
 funcionaram: - Anulados - Votantes: 13. 891

I - PARA PREFEITO

a) Votação obtida pelos partidos e consolidação de toda votação:

PARTIDOS	VOTAÇÃO	
PDS	5.436	Total de votos dos partidos 11.940
PDT	-	Votos em branco 1.266
PT	42	Subtotal (votos válidos) 13.206
PTB	-	Votos nulos 685
PMDB	6.462	TOTAL (COMPARECIMENTO) 13.891
TOTAL	11.940	

b) Votação obtida pelos candidatos:

NOMES	VOTAÇÃO	PARTIDOS
José Feliciano Filho	4.546	PMDB II
João Ribeiro Pedrosa	4.546	PMDB II
Cassiano R. Coutinho Filho	5.436	PDS
Manoel Coytinho Madruga	5.436	PDS
Adauto Miguel dos Anjos	1.916	PMDB I
Antonio Pereira de Souza	1.916	PMDB I
Ivan Figueirêdo de Albuquerque	42	PT
José Benedito Cavalcanti	42	PT
TOTAL DE TODOS OS CANDIDATOS (DEVE SER IGUAL AO DE VOTOS DOS PARTIDOS)	11.940	

Dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

ELEIÇÃO: 15/nov./1982

Município: SAPÉ

PARA DEPUTADO FEDERAL - P. D. S.

109 - Adauto P. Lima	679	106 - João Pessoa Neto	11
107 - Álvaro Gaudêncio	76	103 - José Palhano	2
112 - Antonio C. Gomes	55	114 - Marconio Alencar	3
110 - Edme Tavares	195	101 - Paulo Xavier	13
113 - Ernani Sátiro	23	104 - Paulo Carneiro	26
108 - Euclides Lima	2	105 - Paulo Cavalcanti	14
111 - Joacil Pereira	3.092	102 - Tarcísio Burity	1.315
115 - Juracy Palhano	151	Só de Legenda	3
		TOTAL.....	5.660

PARA DEPUTADO FEDERAL - P. T.

303 - Francisco Queiroga	3	301 - Pedro Gomes e Silva	5
333 - José Calistrato Filho	26	304 - Rubens Lyra	-
344 - José Isidro	4	TOTAL.....	38

PARA DEPUTADO FEDERAL - P.M.D.B.

504 - Alan Kardec	14	555 - José Maranhão	76
502 - Aluizio Campos	130	508 - Otacílio Queiroz	391
501 - Carneiro Arnaud	124	512 - Orvácio L. Machado	9
505 - Arnaldo Lafayette	27	514 - Paulo de Souza	1
515 - Brauner Amorim	4	511 - Raimundo Asfora	11
503 - Cláudio Santa Cruz	29	506 - Ruy Gouveia	7
509 - Eurico Santiago	1.400	551 - Vanderley Caixe	61
		Só de Legenda	9
		TOTAL.....	6.111
		Votos em branco.....	1.344
		Votos nulos.....	738
		TOTAL GERAL:.....	13.891

ELEIÇÃO: 15/nov./1982

Município: SAPÉ

PARA DEPUTADO ESTADUAL - P.D.S.

1206 - Aercio P. Lima	22	1213 - Egídio Madruga	2.684
1207 - Afrânio Bezerra	872	1230 - Evaldo Gonçalves	10
1201 - Aloysio Pereira	225	1231 - Everaldo Agra	3
1220 - Antonio Cabral	1	1232 - Fernando Milanez	1.122
1228 - Antonio Nominando	15	1241 - Frco.Assis Camelo	14
1212 - Antonio Quirino	48	1227 - Frco.Evangelista	9
1236 - Carlos M. Dunga	4	1239 - Francisco Pereira	-
1224 - Carlos P. Filho	29	1101 - Inácio Pedrosa	-
1214 - Ceslau Gadelha	101	1229 - Jandui Suassuna	1
1226 - Chakib Aristides	3	1240 - João B.Barreto	2
1219 - Daniel da C. Agra	5	1223 - João Ribeiro	12
1218 - Efraim Morais	22	1205 - Joaquim Neto	3
1208 - José Andriola	1	1222 - Múcio Sátiro	9
1225 - José D.Pinheiro	7	1202 - Nilo Feitosa	30
1210 - José Lacerda Neto	28	1233 - Otacilia F.Silva	17
1203 - José Maria Ribeiro	2	1234 - Raimundo B. Gadelha	9
1209 - José S. Madruga	15	1238 - Rita Bento	-
1204 - -	-	1237 - Romeu G. Abrantes	37
1211 - Luiz de Barros	14	1242 - Judivan Cabral	13
1245 - Manoel Gaudêncio	1	1244,- Sócrates Pedro	25
1217 - Maria Paulino	15	1221 - Vani Braga	60
1235 - Marizardo Medeiros	3	Só de Legenda	2
		TOTAL.....	5.130

PARA DEPUTADO ESTADUAL - P.T

3111 - Anísio Soares Maia	4	3110 - João Bosco Lira	-
---------------------------	---	------------------------	---

3101 - Eliezer Pedrosa	-	3113 - José Edilson	-
3103 - Francisco Ferreira	2	3133 - Magno J. Barreto	-
3106 - Frco.M.M.Medeiros	11	3131 - Washington Rocha	3
3132 - Irlândio Ribeiro	16	TOTAL.....	36

ELEIÇÃO: 15/nov./1982

Município: SAPÉ

PARA DEPUTADO ESTADUAL - P.M.D.B.

5118 - Ademar Leite	4	5193- José Edson Batinga	2
5125 - Alvaro Magliano	67	5115- José Fernandes	54
5217 - Américo Maia	6	5114- José Leite Silva	7
5293 - André S.da Silva	-	5222- José Luiz Junior	7
5253 - Antonio Ivo Medeiros	5	5133- Josué Silvestre	40
5225 - Antonio R.S.Paulino	1.081	5221- Marcus Odilon	122
5134 - Ant. Waldir Bezerra	28	5190- Maria Licor Lira	-
5195 - Ascendino Freire	-	5111- Orlando Almeida	4
5104 - Atêncio Bezerra	6	5288- -	-
5128 - Clarence Pires	19	5202- Pedro Ricarte	6
5226 - Edivaldo Motta	2	5234- Severino Ramalho	325
5188 - Francisco Vitorino	1	5281- Simão Almeida	26
5205 - Holdermes Chaves	4	5122- Tarcizo Telino	23
5121 - João Fernandes	8	5291- Tercilio Cruz	169
5113 - Jório de L. Machado	2.932	5116- Vanildo Caetano	217
5108 - José Gayoso	-	5110- Waldir Lima	30
5280 - José Aldemir	12	5292- Wanderly Farias	73
5117- José Alves de Lira	3	TOTAL.....	5.887
Só de Legenda	4	Votos em branco.....	1.467
		Votos nulos	1+1.005
		TOTAL GERAL.....	13.897

II - PARA CÂMARA MUNICIPAL

PARTIDOS		VOTAÇÃO		
PDS	5.927	Total de votos dos partidos	11.981	
PDT	-	Votos em branco	971	
PT	40	Subtotal (votos válidos)	12.952	
PTB	-	Votos nulos	939	
PMDB	6.014	TOTAL (Comparecimento)	13.891	
		Subtotal (votos Válidos)	12.952	
		-nº de lugares a preencher	13	
		Quociente eleitoral	9,96	
PARTIDOS	PELO	QUOCIENTE	PELAS SOBRAS	SOMA
PDS		5	+ 1	= 6
PDT		-	-	-
PT		-	-	-
PTB		-	-	-
PMDB		6	1	7
TOTAL		<u>11</u>	<u>2</u>	<u>13</u>

Interpretação dos Dados

Os deputados estaduais do PDS não poderiam deixar de refletir, em seu comportamento político, a conduta das lideranças locais a que se encontram vinculados. Assim, os deputados Fernando Milanez e Egídio Madruga, apoiados, respectivamente, pelo Sr. Carlos Ribeiro e por D. Ieda Ribeiro, assimilariam, com muito mais facilidade o ato intervencionista do governo estadual no município, afastando o Sr. Abel Cunha do que o deputado Afrânio Bezerra, sensível ao posicionamento do Sr. Juraci Marques, contrário à intervenção, em que pese ser aquele parlamentar filho do então vice-governador, sr. Clovis Bezerra.

Nos resultados eleitorais, observa-se certa diferença numérica entre as votações para governador, senador e prefeito, que merece alguma reflexão. Verifica-se, em primeiro lugar, que os candidatos a governador do PDS e do PMDB tiveram ambos votação superior àquela registrada

para senador o prefeito nos seus respectivos partidos. Assim, enquanto o sr. Wilson Braga obteve 6.023 sufrágios, os srs. Marcondes Gadelha, Edio Gaudência e Olavo Nóbrega totalizaram, somados 5.891 votos para a senatória e o sr. Cassiano Ribeiro Filho 5.436 votos como candidato a prefeito. do lado do PSD, essa somas atingiram 6.741 votos para o sr. Antônio Mariz, mas 6.347 para os srs. Pedro Gondim, Ney Suassuna e Djacy Arruda reunidos e 6.462 para os dois candidatos a prefeito pelo PSD, os srs. José Feliciano Filho e Adauto dos Anjos, com o primeiro alcançando, sozinho, 4.546 votos. Como era de se esperar, os dois candidatos ao Senado mais votados seriam o sr. Pedro Gondim pelo PMDB 4.879 votos e Marcondes Gadelha pelo PSD 5.325. Para a menor votação do sr. Pedro Gondim com relação ao seu principal competidor, sr. Marcondes Gadelha, pode ter influido e contribuído o notório episódio das antigas Ligas Camponesas quando aquele ex-governador, sentido que se desdobravam acontecimentos dos quais começava a perder o controle, designou para reprair o agitado movimento o deputado Luiz de Larros, então um dos oficiais mais duros da Polícia Militar do Estado e que se proclamava um anti-comunista feroz.

A maior votação para governador em ambos os partidos pode ser explicada pelo voto dos não residentes, que compareceram ao município apenas para cumprir o dever de eleitores e realizar uma opção a nível estadual, além, obviamente, das abstenções para os demais postos eletivos verificadas no próprio município. A migração para outros Estados ou mesmo para outros municípios desvincula, via de regra, o eleitor dos problemas locais e o desinteresse da escolha dos vereadores, prefeitos e das alternativas eleitorais geradas no seio de sua antiga comunidade. Mas, como ambos os candidatos foram beneficiários do mesmo tipo de votação, pode-se afirmar que, também, dentro dessa especificidade, evidenciou-se uma nítida preferência pelo candidato a governador do PMDB, Sr. Antonio Mariz, sobre o candidato do PDS, sr. Wilson Braga, diferença de setecentos e dezotoito, o que, dadas as condições Sapenses, refletiu uma preferência oposicionista, antes que uma preferência pessoal ou de conveniência local, como em outros municípios.

Não que não se configure também a possibilidade de que conveniências locais e pessoais, eventualmente, tenham influído, em Sapé. A própria contribuição da dissidência pedessista ou dos descontentes PDS para a vitória do Sr. José Feliciano da Silva Filho, como candidato a prefeito, mudando o direcionamento de centenas de votos, comprova essa possibilidade. E não se pode deixar de levar em conta que foi um governo estadual do PDS que levou esses contingentes eleitorais a se inclinar pela causa pedessista, criando um condicionamento pessoal ou de conveniência para que antes se orientavam, fielmente, pelo esquema partidário.

Seria um equívoco, mesmo assim, subestimar-se a base conserva-
 dora e pedessista do município. De resto, individualmente, o sr. Cassiano
 Ribeiro Filho conseguiria obter a maior votação. 5.436 contra 4.546 vo-
 ter dados ao sr. José Feliciano Filho. Considerada a divisão do PDS,
 aquele total se torna ainda mais expressivo porque induz a se pensar que,
 unido, o partido situacionista poderia ter sido bem sucedido nas urnas.
 Que o voto rural pertence, grosso modo, ao dono das terras e que a Usina
 Santa Helena ainda representa considerável força eleitoral.

O PMDB elegeu sete vereadores: José Roberto de Vasconcelos,
 José Cândido Sobrinho, Marcos Alberto Fernandes Dias, José Antônio de Sa-
 les, José Firmo de Oliveira, José Reinaldo de Oliveira e Francisco Feli-
 zardo da Silva, ao passo que o PDS um total de seis: Manoel Pereira Nu-
 nes, Pedro Barbosa, Maria Bernadete de Carvalho, Antônio José Tavares,
 José Ferreira de Souza e José Constâncio Sobrinho. Os votos em branco do
 pleito somaram 1.467 pouco mais de 10% dos eleitores que compareceram às
 urnas (13.891) e os votos nulos 1.005. Torna-se difícil distinguir, aí,
 nos votos nulos, a desinformação dos votantes da deliberação de anular o
 sufrágio, tudo indicando, contudo, que sobretudo na zona rural, votos nu-
 los e votos em branco resultaram antes da falta de condições do eleitora-
 do para votar, corretamente.

Comparadas com as eleições para prefeito de 1976, as eleições
 municipais de 1982 em Sapé poderiam dar a impressão de que a dissidência
 e os descontentes do PDS explicariam, de um lado, no primeiro caso, a vi-
 tória e, no segundo pleito, a derrota. Mas os fatos não se revestem des-
 ta simplicidade. Só é verdade que o sr. Abel Cunha pelo PDS venceu seus
 concorrentes do PMDB Manuel Amaro e Adauto dos Anjos por mais de mil e
 setecentos votos, é preciso recordar que em 1972 o sr. José Feliciano,
 pai do atual prefeito, lograra êxito, como candidato do MDB contra ARENA,
 contrapartida do presente PDS, enfrentando os candidatos Joraci Marques
 da Arena 1 e Arlindo Cabral da ARENA 2 por 519 votos. O sr. José Felicia

no tivera como companheiros da legenda os srs. Severino Barbosa e Severino Lopes Pereira que alcançaram votação pouco expressiva. Surpreendentemente, porém, a eleição de mais um vereador pela ARENA, cinco contra quatro do MDB, dá margem à interpretação de infidelidade partidária mais factível em período onde não existia ainda o voto vinculado. Note-se algo curioso: o sr. José Feliciano, médio proprietário, disputando pelo MDB conseguira vencer seus concorrentes da ARENA, como agora seu filho, o concorrente do PDS. Mas, os srs. Manuel Amaro e Adauto dos Anjos tipicamente urbanos, não teriam o mesmo êxito alguns anos depois, perdendo a eleição, precisamente, para o sr. Abel Cunha, também um médio proprietário, nessa fase em estreita aliança com a Usina Santa Helena.

Não obstante, a vitória do sr. Abel Cunha da ARENA para a prefeitura em 1976, na eleição para o Senado, dois anos depois, em 1978, a ARENA seria fragorosamente derrotada; o Sr. Ivan Bichara receberia 3.721 votos, enquanto o sr. Humberto Coutinho de Lucena 5.619 sufrágios, evidenciando-se uma diferença pró-MDB de 1.898 votos. É óbvio dos resultados que o ex-governador Ivan Bichara não logrou, naquela oportunidade, assegurar o empenho do seu partido na sua eleição, do contrário os resultados não lhe teriam sido, em Sapé, tão adversos. Ao contrário, o MDB votou, unido, no Sr. Humberto Coutinho de Lucena.

A votação para deputado estadual e federal em 1982 indicou, claramente, que Sapé perde cada vez mais o seu caráter de município fechado. Dir-se-ia que se extingue um ciclo que não desapareceu ainda para municípios vizinhos como Espirito Santo e Mari. Há quem atribua como o Sr. João Alves, ex-prefeito sapeense pelo PDS em 1958 que o fato viria se verificando a partir do desaparecimento do ex-deputado Luiz Ribeiro Coutinho, que exercia extraordinária influência sobre a política municipal. Outros chegam a ver aí um subproduto do desenvolvimento rodoviário e da ampliação do efeito polarizante da capital. Sem desdenhar do efeito dos polos sobre as transformações que se operam na periferia, mas, na realidade, em estreita relação com este último fator, é preciso ver nesses novos horizontes e espaços que se abriram para todos os candidatos em Sapé uma consequência de uma urbanização que desagrega, a seu modo, uma velha estrutura protegida da implosão pelo movimento militar de 1964. Se em 1982

se observa, nitidamente, uma maior difusão de votos até então concentrados já era essa tendência observável na eleição de 1976. E cumpre lembrar que ainda em 1962, quando ainda vivia o industrial e parlamentar Luiz Ribeiro Coutinho, o candidato a prefeito pelo PMDB, sr. Ivan Figueiredo, iria perder para o sr. Cassiano Ribeiro Coutinho por pouco mais de 300 votos.

DISCURSO E PERSPECTIVAS

Até que ponto o discurso do PMDB teria contribuído para conquistar votos e assegurar sua vitória junto ao eleitorado sapeense? Nos inícios, o Partido levantou problemas nacionais com a inflação, a dívida externa, a democracia, sem perder o seu tom local de ataque aos métodos de luta dos adversários acusados de comprar votos e promover a corrupção, de utilizar o poder econômico e o dinheiro público na campanha, de apontar os erros administrativos do governo federal, estadual e da intervenção no município, sem fugir também ao padrão de ataque às pessoas envolvidas na campanha do PDS. Sem se sentir tolhido pelo seu conservadorismo e pelo seu comprometimento com o poder, o Partido Democrático Social daria o troco denuncia desmandos praticados pelo PMDB, principalmente quando presidia o governo municipal, faz veementes acusações de estar a oposição cometendo os excessos de campanha que atribuiu ao governo. Restaria afora o bem nutrido entusiasmo por essa "excelente" temática, o confronto das personalidades, inevitável, em todos os pleitos e que também soma votos.

Mas a indagação que se coloca, a esta altura, é a seguinte: teria a crise brasileira, com o sacrifício imposto à população pela política econômica atual, desempenhado papel fundamental na inclinação do eleitorado sapeense para o candidato do PMDB? Uma resposta com exatidão rigorosa, demandaria um trabalho de pesquisa local, que não nos propusemos, no presente esforço analítico e que não teríamos tempo nem recursos suficientes para realizar, dentro do orçamento estipulado para o presente projeto. Mas basta a comparação dos resultados do atual pleito com eleições anteriores para descartar a possibilidade de uma influência decisiva. Considerada a dissidência e os

descontentes do PDS, a diferença pró-MDB não extrapolados resultados de pleitos passados. Em 1972, a vitória do sr. José Feliciano, concorrendo a prefeito pelo MDB foi de mais de quinhentos votos. Ora, coloque-se aí, os votos da dissidência pedessista, some-se o sufrágio cotia dos descontentes e se chegará facilmente aos mil votos de diferença pro-MDB na atual eleição. Seria demasiado apontar o caso do sr. Humberto Lucena, em 1978, que obteve, para a senatória em Sapé, uma margem de vantagem de quase três mil votos porque aquele pleito foi atípico, em quase todo o Estado, o PDS praticamente não se empenhou. Mas o fato é que as votações naquele município se mantiveram, todo o tempo, vinculadas, em geral, aos candidatos e aos partidos, obedecendo pouco ao tom indignado e realista de discurso oposicionista.

O que aconteceu^{III} ao sr. Ivan Figueiredo é, aliás, muito pertinente. Ele deixou o PMDB para se candidatar a prefeito pelo PT porque acreditou que uma pregação política dramática em favor das massas, se sobreporia às conveniências, intrigas e fatores locais. Um dos fundadores das antigas Ligas Camponesas subestimou, ao que tudo indica, as condições objetivas que haviam se modificado de 1964 a estes dias.

Sem massas camponesas organizadas, Sapé não conta com proletariado urbano. Para superar isso, contava, certamente, o sr. Ivan Figueiredo com a crise e, possivelmente, a força de sua personalidade, minimizando o efeito polarizador do grande partido, sobretudo nas áreas de menor desenvolvimento relativo, bem como o bipartidarismo estrutural que, por isso mesmo, divide, praticamente, ao meio, a sociedade sapéense, colocando-a a favor ou contra a dominação da grande propriedade rural. Resultado: pelo PT o sr. Ivan Figueiredo para prefeito teve apenas 42 votos, quando pelo antigo MDB tivera expressiva votação e chegara a ameaçar o título eleitoral do sr. Cassiano Ribeiro do PDS e, ainda, candidato a deputado estadual pelo principal partido de oposição somara mais de setecentos sufrágios. O PT não fez um vereador, seu candidato ao senado, sr. Idalmo da Silva não foi além daqueles quarenta e dois votos, ao passo que os seus candidatos a deputado estadual mais sufragados sr. Irlanio Ribeiro e Frei Marcelino tiveram respectivamente 16 e 11 votos.

Pregaram os candidatos, em algum instante, a reforma agrária? No PDS, por sua vinculação com a grande propriedade fundiária, o tema não seria, sequer, objeto de consideração. No PMDB, onde a questão é levantada, a nível nacional, não se permitia que o problema aflorasse por pressão local. E é surpreendente que, apesar da importância do problema da terra, em Sapé apenas um candidato do PMDB, sr. Jório Lira Machado, tenha abordado a reforma agrária, sendo por isso, ao que nos contou, advertido pelos seus próprios companheiros de partido. Para o dentista Feliciano da Silva Neto, influente figura nos bastidores do PMDB sapeense, o tema tornará tabu e proibição para não levar o pânico de uma possível expropriação aos pequenos proprietários. Aliás, se compreendermos o confronto político naquele município como um enfrontamento entre abastados proprietários rurais dentro de uma relação de dependência com minifundiários, teremos compreendido o impacto que causará qualquer abordagem ousada dos problemas suscitados pela presente estrutura fundiária.

Para o PT o problema se colocava, porém, dentro de uma necessidade programática muito mais imperativa. Essa pregação, quase que isolada, ficaria, mesmo assim, a cargo de um só candidato, o sr. Ivan Figueiredo, que não possuía atrás de seus propósitos doutrinários, nenhum esquema organizacional. E a pregação mesmo sem arranhar a muralha dos interesses coligados dos dois grandes partidos, teria o efeito de um neurotizante ricocheto sobre candidaturas que poderiam ter sobrevivido e sobrevivido, se não fora o pesado escafandro petista.

Do ponto de vista das perspectivas, há pouca possibilidade de que se altere o quadro estrutural sapeense com sua funcionalidade política bipartidária. É certo que o município apresenta uma tendência a uma urbanização crescente, em decorrência das condições prevaletentes no campo e o fenômeno beneficia o PMDB mas não criará espaço suficiente para que os trabalhadores rurais vocalizem suas reivindicações e se abra margem para uma modificação do "statu quo" rural. Não existe, pelo menos, a curto prazo, uma resposta da urbanização sapeense aos anseios de mudança da sociedade brasileira, no plano político e econômico. Naturalmente, a vitória da oposição em município em que se mostra tão presente o poder econômico, bem como a penetração, nesta zona eleitoral, de novos

candidatos se constitui num desenvolvimento democratizante. Mas se trata não que tange à cidade, de um posicionamento da pequena burguesia urbana que sente na grande propriedade rural, uma ameaça ao liberalismo e ao individualismo. Daí a falta de espaço para os partidos pequenos que proclamam pretender ir além disso. Daí o pouco efeito do discurso do sr. Ivan Figueiredo ao encarnar o PT. E não há indícios de que esse quadro mude, nesses próximos anos. Ainda mais que a mobilização da massa camponesa, em Sapé, se torna difícil, mesmo sob o patrocínio da Igreja porque a repressão de 1964 criou o tabu da subversão violenta e todo e qualquer movimento reivindicário mais veemente, ali, relembra as antigas Ligas.

Conclusivamente, portanto esta interpretação político-eleitoral dos resultados do último pleito em Sapé compreende o processo político no município como um confronto entre grandes e médios proprietários, funcionando a grande propriedade como um polo de repulsão e atração; que a urbanização crescente favorece a oposição porque contribui para individualizar mais o voto, discernir melhor a separação de interesse e afrouxar os compromissos de estrutura; que a própria eleição pouco inovou no sentido de subtrair ao senhor de terras o comando político, se nos recordarmos que uma intervenção estadual na década de quarenta já havia nomeado prefeitos que, embora proprietários, se recusavam se submeter à orientação da Usina Santa Helena e que as lideranças políticas vitoriosas se mantêm fieis à funcionalidade estrutural; que, decorrente dessas condições, existe um bipartidarismo estrutural que deixa sem espaço os pequenos partidos e inviabiliza o pluripartidarismo; que continua a se considerar natural que o poder político esteja fortemente associado ao êxito do proprietário rural, consoante a ideia de um providencialismo fundado no poder econômico.

N O T A S

- 1) - Ver a propósito a revista A Nova Escrita/Ensaio, outubro, São Paulo, 1982, onde está inserida a matéria intitulada Vida e Morte das Ligas Camponesas (Depoimento do agrônomo Francisco de Assis Lemos e Souza, ex-presidente da Federação da Ligas Camponesas do Estado da Paraíba,

deputado estadual, eleito em 1962 e cassado em 1964 e, atualmente, professor da Universidade Estadual de Londrina, cujos trabalhos são prestados aos professores J. Chasin e Ester Vaisman da Universidade Federal da Paraíba. Ver, igualmente, o trabalho da professora Bernadete Hueb da UFPB. "Vitória dos Vencidos, tese de Mestrado em Sociologia Rural e, ainda, da mesma autora, "Ligas Camponesas- Estudos Exploratórios".

2)- Há uma dificuldade enorme em conceituar, o que equivale dizer, em avaliar o que seja uma média propriedade. Tal dificuldade decorre não apenas de algumas diferenciações de solo, mais ou menos férteis, como do próprio relevo, que poderá reduzir ou aumentar as vantagens da dimensão como da estrutura agrária e específica de uma região ou micro-região. O método do IEGE de se orientar para fins estatísticos por grupos da área total ou do INCRA de discriminar acima do módulo rural, em função da produtividade, em nada ajudam essa avaliação. Enfim, caracterizar a propriedade média chega a parecer uma vã tentativa de homogeneizar dimensões com diferenciações físicas irrecusáveis. Assim, em Sapé, havendo um hiato de quatro, cinco mil hectares entre a maior propriedade- a Usina Santa Helena- e as demais, passamos a considerar-la como representativa da grande propriedade na região. Esta Usina engloba um conjunto de sete propriedades somando perto de 11 mil hectares e se constitui, de fato, na empresa rural mais importante da área. A Destilaria Piriri vem, em seguida, com seis mil e setenta hectares. Vários líderes do PDC e do PMDB que em Sapé são considerados grandes proprietários, possuem propriedades de menos de oitocentos hectares, ao passo que, na zona menos fértil pululam pequenas propriedades de menos de dez hectares. Aos primeiros citados consideramos médios proprietários, pois do contrário perderíamos, para efeitos deste trabalho, o termo de referência. Note-se que alguns deles, como José Feliciano e Abel Cunha, não são proprietários em Sapé mas em municípios vizinhos como Mari e Mamanguape. Isso, aliás, já ocorria, ao tempo do PSD, com o ex-deputado Ramiro Fernandes, médio proprietário em Cruz do Espírito Santo. O que demonstra, mais uma vez, que as fronteiras políticas e econômicas nem sempre coincidem.

- 3) Fonte: Sapé, Coleção de Monografias do Instituto Brasileiro de Estatística, Fundação IBGE- 1971 - Rio de Janeiro.
- 4) O censo agro-pastoril de 1980 não computa para Sapé mais do que 11.404 cabeças de gado, total muito inferior ao do municípios bem menores como Queimadas 18.629 cabeças e Gurinhem 24.750, apesar de localizado o município na "região agro-pastoril".
- 5) Além da companhia Agro-industrial Santa Helena, o município conta com uma destilataria de álcool na Fazenda Una, ambos empreendimentos da família Ribeiro Coutinho. Uma vez que a multinacional SANBRA, que aproveitava a matéria prima algodoeira, fechou suas portas, só resta, depois disso, além da agro-indústria açucareira, pequenas indústrias semi-artesanais de moveis e calçados.
- 6) Comparados os dados do IBGE 1970-1980, verifica-se que a área ocupada pelos estabelecimentos de menos de 10 hectares sofreu um decréscimo no espaço dos dez anos de 638 hectares. Curiosamente, o número dos referidos estabelecimentos aumentou de 1.438 para 2.172,734 a mais, portanto. Do mesmo modo, o cotejo 1980-1975 demonstra redução de produção de feijão em cinco anos de 330 para 97 toneladas, de milho de 310 para 123 toneladas. A produção de fava, fraca, 16 toneladas, manteve-se estável. O arroz, que registrou 22 toneladas, em 1975, não consta como produção de Sapé em 1980. Sobre a batata doce, não há surpreendentemente, dados disponíveis em 1975 e 1970, mas a de 1980 de 360 toneladas é muito reduzida segundo proprietários locais, bastando dizer que é inferior a de Mariz de Mogueiro, município de população muito menor, menos da metade da de Caldas Brandão e menos de um terço da de Jupiranga, município igualmente de consumo muito inferior.
- 7) Sintomático desse personalismo foi a referência que o autor ouviu em Sapé a determinados políticos considerados muito comunicativos e atenciosos, "apesar do PDS ou PMDB" e que poderiam ser votados, se não fosse a vinculação de votos.
- 8) Com efeito, mil quatrocentos e trinta e oito pequenos estabelecimentos rurais somavam, apenas três mil e setenta e cinco hectares, de acordo

com dados do IBGE, em 1980. 2.172 não mais que três mil setecentos e trinta e dois hectares, ou seja, sequer uma terça parte da maior empresa rural da área.

9) Revista a Nova Escrita/Ensaio, outubro, São Paulo, 1982.

10) Sobre o "cabocó" ver ainda citado Revista, mesmo mês e ano.

11) Ibidem.

12) Há outro membro da família com atuação política no Estado, o sr. Marcos Odilon Ribeiro Coutinho, mas que se elegeu deputado estadual pelo PMDB e que disputa pleitos, em faixa própria, tendo como base eleitoral, o município de Santa Rita, onde já foi prefeito.

13) Um dos exemplos mais ilustrativos desses casos seria o do ex-prefeito Leônidas Santiago em Areia que, hostilizado pelo então coronel José da Cunha Lima, ascenderia ao poder municipal. Tratava-se de um professor, ex-diretor do grupo local, que logo iria oferecer garantia a todos os antigos perseguidos políticos, muitos dos quais como funcionários haviam sido removidos, Era sobretudo um homem da cidade-mas também um médio proprietário, dono do engenho "Coqueiro".

1. Rastro da Tragédia
Mauro Guilherme Pinheiro Koury - agosto/83
2. Preço da Terra, Taxa de Juros e Acumulação Financeira no Brasil
Cláudio Antônio Gonçalves Egler - setembro/83
3. Movimentos Sociais e Meios de Comunicação. Paraíba 1917-1921.
Antonio Albino Canelas Rubim - outubro/83
4. A Contribuição à História dos Socialismos no Brasil: A Construção do Partido Socialista Brasileiro.
Silvio Frank Alem - maio/84
5. O Solo Urbano e Desenvolvimento Capitalista.
Tamara Tania Cohen Egler - outubro/84
6. Trabalho. O Capitalismo Adiantado e a Classe Operária Um Novo Sindicalismo.
Joana Neves - Fevereiro/85
7. Sobre Bananas e Bananeiros: Produção Mercantil e Relações de Trabalho.
Jacob Carlos Lima - janeiro/85
8. Clientelismo e Máquina Estatal nas Eleições de 1982.
Maria Antonia Alonso de Andrade - Fevereiro/85
9. A Igreja Popular na Imprensa Paulista.
Joana Neves - Fevereiro/85
10. A Fome não tem Partido.
Maria Nely Cavalcanti - Setembro/85
11. UFPB: Implicações Políticas e Sociais de sua História.
Maria das Dores Limeira
Zeluiza da Silva Formiga - abril/86
12. Neo-Coronelismo e Perspectivas Eleitorais na Nova República.
Maria Antonia Alonso de Andrade - outubro/86
13. Catolé do Rocha - Notas a Propósito de um Domínio Oligárquico.
Neilliane Maia - maio/86
14. Cajazeiras: O Domínio do Clientelismo Eleitoral.
Francisco Sales Cartaxo Rolim - Julho/86
15. Reconstrução Histórica das Eleições na Paraíba (1945-1978) Resultados e Tendências.
Rosa Maria Godoy Silveira - Novembro/86